



Debate Estado-Providência

As “contradições internas” do Estado Social



José Miguel Pinto dos Santos
Professor da AESE

O edifício da teoria económica é construído pelos duros tijolos do senso comum.

É do senso comum que uma pessoa trabalha ou porque precisa, ou porque tem gosto naquilo que faz.

É do senso comum que, a menos que seja por gosto, quanto mais rica uma pessoa for, menor seja a sua propensão para trabalhar por um certo salário. Assim, se um salário de mil euros for oferecido a quem tem um património de um milhão de euros, é menos provável que seja aceite do que se essa mesma pessoa tivesse um património de apenas cinco mil euros. Isto é, custa mais pôr um rico a trabalhar do que um pobre.

Também é do senso comum que a riqueza é constituída não só pelo património que um possa ter indo acumulando, mas também pelas promessas de pagamentos presentes e futuros que lhe sejam feitas. Dentre estas promessas, especialmente importantes são as promessas feitas pelo estado do pagamento presente e futuro de subsídios, reformas, rendimentos sociais e de serviços prestados abaixo do seu custo real. Serei mais rico se, por exemplo, alguém como o Estado me prometer tratamento médico gratuito sempre que eu dele precisar, do que seria se ninguém me tivesse feito essa promessa.

Daqui resulta que, à medida que, muito benemeritamente, o Estado se vai tornado mais social, dando mais garantias de bem-estar a mais pessoas através de transferências monetárias e de oferta de serviços abaixo do custo, menor será a propensão para o trabalho, a menos que os salários aumentem.

Estes tijolos de senso comum explicam vários fenómenos inter-relacionados que se têm tornado mais visíveis em Portugal nos últimos anos. Um é a perda de competitividade da economia nacional. À medida que o Estado nos fez sentir mais ricos os salários tiveram que subir, mesmo sem aumentos de produtividade, para que não deixemos de querer trabalhar. Outro é a menor apetência que temos para aceitar empregos com remunerações baixas. Outro ainda é a proliferação de cargos de chefia, que além de pagarem melhor dão o gosto do mando.

Do senso comum nasceu a história da competição a remo em que a equipa portuguesa perdeu com a japonesa. Conta-se que uma comissão parlamentar para apuramento de responsabilidades descobriu que, apesar da equipa japonesa ter dez remadores e um chefe enquanto a portuguesa tinha dez chefes e um remador, a causa da derrota estava no remador. Conta-se que o remador foi despedido.

Estes tijolos de senso comum revelam também as contradições internas do Estado Social que o levarão à ruína. Quanto mais bem sucedido for e quanto mais seguro tornar o nosso futuro, maior dificuldade terá em nos por a trabalhar. E quantos menos trabalharem menos sustentável será. O Estado Social terminará quando alguém decretar, como Paulo de Tarso fez depois de tentar uma experiência semelhante, que “quem não trabalhar não coma”.